

Patrimônio Cultural: Diálogos com a Memória e a História

Cultural Heritage: Dialogues with Memory and History

*Francilene Ramos Lourenço Soares*¹

¹ Graduada em História pela UFMG , especialista em Administração pública pela Unicesumar e mestre em Educação pela UEMG-Programa de Pós-graduação em Educação da UEMG, Brasil. E-mail: franrls@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho é parte integrante de uma pesquisa de mestrado, e tem como objetivo principal discutir as relações entre Patrimônio Cultural, memória, história e os primórdios da sua preservação no Brasil. Assim, discuto a noção de Patrimônio em diferentes sociedades, e suas relações com a memória, história, além de discorrer sobre a ampliação do seu conceito desde o projeto de Mário de Andrade. Apresento também as diferenças entre memória e história para uma melhor compreensão dos elementos que tangenciam o Patrimônio Cultural. Para a realização desse trabalho de abordagem qualitativa, adotei a pesquisa bibliográfica. A partir da pesquisa realizada foi possível depreender que o Patrimônio Cultural é um lugar de conflito, de batalhas de memórias, que seu conceito é dinâmico, e que sua noção varia nas diferentes sociedades.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Memória. História.

ABSTRACT

This work is an integral part of a master's research, and its main objective is to discuss the relationship between Cultural Heritage, memory, history and the beginnings of its preservation in Brazil. Thus, I discuss the notion of Heritage in different societies, and its relations with memory, history, in addition to discussing the expansion of its concept since the project by Mário de Andrade. I also present the differences between memory and history for a better understanding of the elements that touch Cultural Heritage. In order to carry out this qualitative approach, I adopted bibliographic research. From the research carried out it was possible to infer that Cultural Heritage is a place of conflict, of battles of memories, that its concept is dynamic, and that its notion varies in different societies.

Keywords: Cultural Heritage. Memory. History.

1 Patrimônio Cultural: entre a memória e a história

A palavra Patrimônio vem do latim *patrimonium*, que significa bens de família, herança (HOUAISS, 2011). “Ao conceito de Patrimônio atribuem-se, geralmente, valores de pertença desde o pessoal e local até o universal” (PINTO, 2016, p. 21). Recentemente, essa palavra foi associada à concepção de bem cultural (PINTO, 2016). Essa definição nos leva a refletir sobre o sentido desse conceito, sua dimensão simbólica no tempo e no espaço, e a importância de salvaguardar uma memória passada, pulsante e viva no presente. “A identidade (em sentido multiperspectivado) é, por isso, um valor inseparável do Patrimônio, pois este é, antes de mais, considerado como o que nos é intimamente significativo” (PINTO, 2016, p. 21).

Abreu (2007) lembra-nos de que a “noção de Patrimônio foi formulada no contexto da sociedade ocidental moderna e que está diretamente ligada a uma noção de herança particular que pode não fazer sentido em outros contextos” (ABREU, 2007, p. 55). “A noção de Patrimônio, com a qual nos habituamos, como se ela sempre tivesse existido em todo tempo e lugar, está diretamente relacionada a uma concepção linear de tempo” (ABREU, 2007, p. 54). Sobre essa concepção, a autora afirma que:

Ela está diretamente associada à noção de história, que no Ocidente moderno vai ser objeto de todo um aparato técnico e metodológico específico diretamente relacionado à ideia moderna de ciência, por outro lado, a concepção cíclica de tempo está mais direcionada ao contexto mítico-religioso. No caso da concepção linear, os registros escritos e, especialmente, as noções de documento e monumento desempenham papel central. No caso da concepção cíclica, predominam as narrativas orais e a memória social é construída por meio de festas, narrativas míticas, cerimônias e rituais (ABREU, 2007, p. 53-54).

Abreu (2007) nos diz ainda que “nas sociedades onde predomina a concepção cíclica de tempo, a memória está disseminada no tecido social. Como assinalou Pierre Nora, as sociedades tradicionais são sociedades memórias por excelência” (ABREU, 2007, p. 54), pois, nessas sociedades:

Não é necessário guardar objetos ou fazer registros de qualquer ordem. As festas, os rituais, os cânticos, as narrativas míticas que se repetem dia após dia desempenham esta função de fazer lembrar para o grupo suas tradições mais importantes. Nestas sociedades, com forte capital de memória, não há um sentido de guarda, armazenamento ou preservação de objetos, assim como não há o sentido que conhecemos de herança (ABREU, 2007, p. 54).

Assim, a noção de Patrimônio nas diferentes sociedades está diretamente relacionada à concepção de tempo e à forma com que cada uma lida com a Memória Social.

Gonçalves lembra que “ainda que possamos usar a categoria patrimônio em contextos muito diversos, é necessário adotar certas precauções. É preciso contrastar cuidadosamente as concepções do observador e as concepções nativas” (GONÇALVES, 2009, p. 28). Sobre essa categoria, Gonçalves afirma que:

O Patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas (GONÇALVES, 2009, p. 31).

O Patrimônio está diretamente interligado às relações que se estabelecem entre a Memória e a História. A memória, sujeita à lembrança e ao

esquecimento, é uma reconstrução do passado para atender aos interesses do tempo presente. A História, de acordo com Barros (2017, p.157), é a “principal ciência cujo objeto se acha diretamente mergulhado em outro tempo, o qual já desapareceu e apenas deixou sinais visíveis de sua passagem através das fontes históricas, dos vestígios e discursos que nos chegam do passado”, sendo um dos seus compromissos, a análise crítica do passado a partir das questões do tempo presente. Embora diferentes, a memória pode ser fonte para a História, e ambas estão relacionadas.

A memória é uma seleção que vai além do que simples representações do passado. Jô Gondar nos diz que “a memória não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim reconstruí-lo com base nas questões que nós fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados” (GONDAR, 2005, p. 18). Assim, a memória é muito mais do presente do que do passado. Ela é constantemente ressignificada pelo agora. Meneses também nos diz que:

Mais que mecanismos de registro e retenção, depósito de informações, conhecimento e experiências, a memória se constrói filtrando e selecionando, ela também pode ser induzida, provocada. Finalmente, a noção de que a memória aparece como enraizada no passado lhe fornece a seiva vital e ao qual ela serve (restando-lhe, quanto ao presente, transmitir os bens que já tiver acumulado) é também falsa: a elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente (MENESES, 2000, p. 93).

Ao discutir os embates entre a “memória oficial” e as “memórias subterrâneas”, Michael Pollak afirma que “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressalta a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial” (POLLAK, 1989, p. 4).

Embora sejam distintas pelo lugar que ocupam no tempo e no espaço, a memória e a história permanecem imbricadas e vivas quando falamos de Patrimônio Cultural, pois ele evoca as duas.

O conceito – lugares de memória – foi forjado nos anos de 1970 por Pierre Nora, e pode ser descrito como “o conjunto de referências culturais, lugares, práticas e expressões originadas de um passado comum” (SIMAN; SILVA; MOREIRA, 2017, p. 55). Para Pierre Nora, os lugares de memórias têm a função de não deixar a memória morrer, de lembrá-la constantemente ao longo dos tempos. Sobre esse passado comum, Pollak nos diz que:

Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais (POLLAK, 1989, p. 3).

Assim, quando adentramos no Patrimônio Cultural, encontramos a memória e a história em um lugar que é dinâmico, carregado de significados, simbologias e relações de poder. Esse lugar não é neutro, e não representa todos os grupos sociais. Daí seu caráter mutável, conflituoso e provocativo dos sentidos. Lemos (2013) nos diz que:

Existiram, como sabemos, os chamados “gabinetes de curiosidades”, guardando-se as coisas mais disparatas. Essa guarda de bens, em geral, nunca se ateve, porém, à preocupação de registrar estágios culturais já ultrapassados de toda uma comunidade. Em geral, guardaram-se objetos e as construções ricas da classe poderosa. Guardara-se os artefatos de exceção e perderam-se para todo o sempre os bens usuais e corriqueiros do povo. Esses bens diferenciados preservados sempre podem levar a uma visão distorcida da memória coletiva, pois justamente por serem excepcionais não têm representatividade (LEMOS, 2013, p. 23).

A partir das palavras de Lemos (2013), somos levados a pensar nos excluídos e esquecidos pelos construtores das narrativas que se querem oficial, mas também na possibilidade de recuperação desse passado, dessas identidades, dessa história e dessa memória no tempo presente por meio do Patrimônio e dos seus vestígios. Assim, é importante pensarmos o que é o Patrimônio Cultural, o que ou quem ele representa, porque ele representa ou não representa, e qual sua importância para o tempo presente. Para refletirmos sobre essas indagações, é preciso compreendermos a trajetória de preservação do patrimônio em diferentes contextos históricos.

A Revolução Francesa foi o acontecimento que marcou historicamente o processo de preservação do patrimônio, pois foi neste período que se teve uma necessidade maior de proteção dos bens culturais. Em certa medida, isso se justificou devido à destruição de algumas obras e monumentos como forma de “vandalismo ideológico” (CHOAY, 2001). O desmantelamento dos bens culturais que evocava a memória de um passado monárquico gerou uma preocupação em relação à proteção desses bens na França. Isso acabou resultando em medidas de proteção desses bens. Os desdobramentos da preservação de monumentos históricos na França ao longo do século XIX repercutiram em muitas outras regiões da Europa (KUHL, 2007).

No contexto de preservação do patrimônio, muitos documentos e discussões contribuíram para a ampliação e modificação do seu conceito, em nível nacional e internacional ao longo da história. Dos marcos históricos que influenciaram a sua preservação, é imprescindível reafirmar a importância das Cartas Patrimoniais como instrumentos essenciais de salvaguarda. Essas cartas são frutos da discussão de um determinado momento, são documentos concisos e sintetizam os pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso, oferecendo indicações de caráter geral. Assim, o caráter dessas cartas é indicativo, ou, no máximo, prescritivo (KUHL, 2010).

2 A preservação do Patrimônio no Brasil e ampliação do conceito de Patrimônio Cultural

No Brasil, a história de preservação do Patrimônio Cultural tem como ponto inicial o anteprojeto do modernista Mário de Andrade para a criação do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937, que, após várias mudanças no nome, atualmente é denominado IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Chuva (2012) nos lembra que a política preservacionista de Mário de Andrade “ênfatisa sua perspectiva etnográfica, especialmente o que chamava de ‘etnografia popular’: o povo brasileiro em seus costumes e usanças em tradições folclóricas, pertencendo à própria vida imediata, ativa e intrínseca do Brasil” (CHUVA, 2012, p. 154). Na ideia original do anteprojeto de Mário de Andrade, é possível observar a valorização da cultura e da arte popular, a valorização das pluralidades de cultura, o que não pode ser percebido nos primeiros anos de atuação do SPHAN. Somente partes do projeto de Mário de Andrade são incorporadas na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no contexto do Estado Novo (1937-1945)

(NOGUEIRA, 2008). Assim, do Anteprojeto do modernista, o órgão federal de proteção ao patrimônio aproveitou pouco, conforme afirma Lemos:

Por uma lei de janeiro de 1937 que reorganizou o Ministério da Educação, então chefiado por Gustavo Capanema, foi criado o “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” dando a perceber que o texto do escritor paulista não fora, já de início, seguido como deveria, porque no próprio nome da entidade destinada à defesa do “patrimônio” se distinguem bens “artísticos” dos históricos (LEMOS, 2013, p. 44).

A priori, a institucionalização de uma política de proteção ao Patrimônio no Brasil foi pensada como meio de contribuir para a formação de uma identidade nacional. As mudanças ocorridas no Brasil em decorrência da Revolução de 1930 exigiram uma nova organização do Estado, na qual a valorização da nacionalidade foi fundamental para a estruturação de um projeto de país e para a afirmação do regime varguista (TORELLY, 2012). Inicialmente, a tarefa de preservação do patrimônio brasileiro foi direcionada para os intelectuais modernistas. Fonseca (2005) nos lembra que:

A constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolo da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e formação de cidadãos. Esse é, pelo menos, o discurso que costuma justificar a constituição desses patrimônios e o desenvolvimento de políticas públicas de preservação (FONSECA, 2005, p. 20).

A primeira lei de proteção ao patrimônio nacional no Brasil deu-se pelo Decreto n.º 25 de 1937, que estabeleceu a prática do tombamento, promulgado pelo então presidente Getúlio Vargas. Esse decreto o divide o patrimônio em histórico e artístico, e no seu artigo primeiro, define seus constituintes:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1.º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4.º desta lei (BRASIL, 1937).

A definição dada no Decreto n.º 25 de 1937 nos leva a pensar na exuberância, monumentalidade e excepcionalidade do Patrimônio. Além desse conceito, a política de tombamento do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que, desde o seu surgimento em 1937, então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), também contribuiu para pensarmos o Patrimônio Nacional como o lugar das elites e das grandes obras arquitetônicas, pois privilegiou o tombamento do patrimônio chamado “pedra e cal”.

No processo de proteção dos bens imóveis pelo órgão de proteção federal, a arquitetura barroca foi favorecida. “Da ruptura com os valores artísticos e estéticos eurocêntricos, o movimento modernista encontrou no barroco mineiro do século XVIII os referenciais de nossa identidade nacional ou da brasilidade como preferiam” (NOGUEIRA, 2008, p. 240). De acordo com Nascimento (2016), “a opção pela arquitetura do período colonial ancora-se na noção do patrimônio como constituidor da nacionalidade” (NASCIMENTO,

2016, p.122). Ainda de acordo com esse autor, “a arquitetura barroca erigida pelo colonizador português, buscada com afincos pelos técnicos do patrimônio e encontrada em diversos pontos do país unificava o território e conferia identidade ao Brasil” (NASCIMENTO, 2016, p. 122). Como observa Nascimento:

A escrita da história era pressuposto da atividade de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Preservou-se aquilo que seria fonte da história ou prova documental da articulação identitária nacional. A arquitetura colonial e barroca era testemunho de épocas pregressas, às quais articulavam-se os conceitos e preceitos de constituição nacional. Ela era fonte de produção de conhecimento, institucionalizada nas práticas de preservação no Brasil e nos primeiros momentos de escrita da história da arquitetura. A preservação de certos exemplares garantiria o conhecimento do que se gostaria de escrever como história. Lançou-se mão do tombamento como recurso de afirmação da arquitetura, defendida como garantia da materialidade e prova de originalidade não só às gerações futuras, mas às ameaças do presente. Os tombamentos eram a prova final da vitória (NASCIMENTO, 2016, p. 123).

A seleção do que seria preservado deveria ir ao encontro do ideário de uma identidade nacional. O retrato da preservação, ou seja, os vestígios deixados pelo tempo, que agora estavam salvaguardados, era a imagem que iria compor a memória e a escrita da história da nação brasileira.

No processo de preservação do patrimônio nacional, é preciso considerar também a atuação do IPHAN nas suas diferentes fases, em diferentes momentos históricos para compreendermos os fatores e os contextos que orientaram e influenciaram a política preservacionista no Brasil desde seus primórdios.

A fase heroica do SPHAN vai desde sua criação em 1937 até 1967, quando termina a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Nessa fase, as iniciativas educativas promovidas pelo IPHAN se concentraram na criação de

museus e no incentivo a exposições; no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil, militar e no incentivo a publicações técnicas e veiculação de divulgação jornalística. Nesse período, Rodrigo Melo já atentava para a importância da educação no processo de preservação do Patrimônio Cultural brasileiro (IPHAN, 2014).

Com a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, assume o arquiteto Renato Soeiro (1967-1979). Essa fase constitui um período intermediário, quando o órgão busca adaptar-se a uma nova conjuntura buscando ajuda internacional e coexistindo com outras instituições federais atuantes na esfera da preservação.

A fase moderna inicia-se com a ascensão de Aloísio Magalhães na política Cultural, quando se elaboram novas propostas de atuação (FONSECA, 2005).

Com a criação do CNRC – Centro Nacional de Referências Culturais na década de 1970 por Aloísio Magalhães é que a questão educacional foi abordada de forma mais sistemática no que tange à preservação do Patrimônio.

Apesar de não ter atuado diretamente na área de educação, as diretrizes teóricas e conceituais e o *modus operandi* adotado pelo CNRC contribuíram para uma interlocução mais abrangente entre processos educacionais e preservação do patrimônio (IPHAN, 2014). Como exemplo disso, podemos citar o projeto Interação:

Em sintonia com o ideário do CNRC, o Projeto Interação contestava a uniformidade e homogeneização em favor do reconhecimento das diferenças culturais e defendia uma metodologia de trabalho baseada na observação direta e no acompanhamento técnico periódico das experiências educacionais desenvolvidas (IPHAN, 2014, p. 11).

No que tange à atuação do CNRC, pode-se dizer que o seu interesse se voltava para as manifestações culturais vivas, inseridas em práticas sociais contemporâneas. Via-se, nesse interesse, também, a possibilidade de gerar valor econômico (FONSECA, 2005). Nesse sentido:

A adoção de conceito antropológico de cultura e de referência cultural, bem como a ampliação dos objetos de especulação criativa, oriundos das ideias e formulações do CNRC permitiram a valorização e a releitura dos saberes e dos fazeres tradicionais, como o artesanato, a cerâmica e a tecelagem, mediante o conhecimento e o fomento das cadeias produtivas (TORELLY, 2012, p. 9).

A ascensão de Aloísio Magalhães ao cargo de diretor do IPHAN, em 1972, também contribuiu para que novas perspectivas no processo de preservação do Patrimônio Cultural brasileiro pudessem ser pensadas, como nos lembra Nogueira (2008):

Derrotada pela hegemonia da pedra e cal, a semente do projeto andradiano para o patrimônio encontra ressonância na gestão de Aloísio Magalhães, nos idos dos anos de 1970, quando é incorporada aos trabalhos do CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural e da FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória. A partir desta década, a ressemantização do conceito aponta para o chamado patrimônio cultural em sua versão atual (NOGUEIRA, 2008, p. 241).

Além da conjuntura nacional, o contexto internacional também irá influenciar direta e indiretamente as práticas preservacionistas no Brasil. Desse modo, as políticas e as práticas voltadas para a preservação do patrimônio não podem, em momento algum, ser desvinculadas do quadro político, econômico e social, tanto em nível nacional como internacional.

Sobre o cenário e as mudanças das práticas preservacionistas patrimoniais na década de 1970, Fonseca (2005) lembra que, a partir dessa

década, muitos fatores contribuíram para uma mudança sensível nas políticas de preservação no Brasil e no mundo. Dentre esses fatores, ela cita:

Em primeiro lugar, as disciplinas – sobretudo a história, e conseqüentemente a história da arte – que fundamentavam a seleção de bens excepcionais que mereciam ser preservados, passaram por uma mudança de orientação, não só em termos de objeto como também de perspectiva. Em segundo lugar, a essa mudança no campo do saber correspondeu a difusão da democracia como valor em outros campos – sexo, etnia, etc. – que não apenas o do exercício da cidadania política. Afirmavam-se os direitos das identidades coletivas particulares, sobrepondo-se à ideia, dominante no século XIX e primeira metade do século XX, de uma identidade nacional. Em certos casos, propunha-se não só a construção dos patrimônios das minorias até então excluídas da representação da nação, como também se reivindicava a participação dos múltiplos segmentos da sociedade na gestão do patrimônio nacional. Em terceiro lugar, o processo de descolonização e a criação dos Estados-nações, sobretudo no continente africano, como também a luta dos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos, levou a novas equações de poder, que não se resumiam aos parâmetros do modelo marxista, considerado eurocêntrico. À dominação econômica se acrescentou a consciência da dominação cultural sobre os povos colonizados (FONSECA, 2005, p. 169-170).

Além desses fatores, a autora ainda nos diz que, nos anos 1970 e 1980, a via da cultura passou a constituir um caminho privilegiado para a elaboração de novas identidades coletivas, e que, muito frequentemente, contestam a legitimidade dos patrimônios nacionais (FONSECA, 2005). Nessa conjuntura, as práticas preservacionistas, assim também como o próprio conceito de patrimônio, não davam conta das diversidades que reclamavam seu lugar na história. Torelly (2012) nos diz que:

A dinâmica da sociedade brasileira nos anos 1970 era bem mais complexa, e havia a percepção, já fundada, de que o patrimônio cultural ia além da pedra e cal e da herança lusa; e que demandava novas formulações e instrumentos, capazes de

abranger a diversidade cultural do País, especialmente as manifestações das culturas ameríndia e africana, fortemente presentes no cotidiano e no imaginário nacional e que, até então, não obtinham um reconhecimento proporcional à sua importância (TORELLY, 2002, p. 8).

Nesse contexto, na Conferência Geral da UNESCO, em 1972, é elaborada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Essa Convenção trouxe, pela primeira vez, a definição de Patrimônio Natural:

ARTIGO 2.º Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio natural: Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972).

No caso do Brasil, o Decreto n. 25 de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e institui o tombamento de bens móveis e imóveis, já havia feito referência à preservação do Patrimônio Natural no seu artigo 1.º, parágrafo 2:

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937).

Observa-se, nesse documento, que o Patrimônio Natural era parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional. Scifioni (2006) nos lembra que foi na década de 1970, na Convenção da Unesco, que surgiu a noção

de Patrimônio Natural e que este se consagrou mundialmente, mas alerta para o fato de que sua origem é anterior e que “decorre da preocupação com o monumento, que a princípio aparece como histórico e artístico, para depois se configurar, também como o monumento natural” (SCIFIONI, 2006, p. 27).

Scifioni também nos traz duas direções no que tange ao sentido da construção da ideia de Patrimônio Natural em níveis mundial e nacional. De acordo com a autora, mundialmente, a noção de patrimônio firmou-se como expressão de grandiosidade e beleza, o que deriva de um sentido de monumentalidade como preservação estética. Já no Brasil, a partir de algumas experiências regionais, o Patrimônio Natural foi entendido como uma conquista da sociedade, como uma noção ligada às práticas sociais e à memória coletiva, um patrimônio que faz parte da vida humana e não aquele que se opõe a ela (SCIFIONI, 2006).

No Brasil, de acordo com Pereira (2018), as políticas públicas de seleção do Patrimônio Cultural Nacional privilegiaram a proteção de alguns bens em detrimento de outros, e, nessa disputa pela seleção do que deveria ser preservado, “o patrimônio natural se constituiu historicamente como uma das categorias menos privilegiadas” (PEREIRA, 2018, p. 35).

A ampliação do conceito de patrimônio no Brasil foi dada pela Constituição Federal de 1988, passando de histórico e artístico a cultural. A Constituição, no artigo 216, define como constituintes do Patrimônio Cultural da nação:

ARTIGO 216 – Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – As formas de expressão;

II – Os modos de criar, fazer e viver;

III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

- IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A partir desse conceito de Patrimônio Cultural na Constituição Federal, podemos lembrar do Anteprojeto de Mário de Andrade, os conceitos como o de arte ameríndia e popular, incluindo o que hoje denominamos de saberes, fazeres e falares, bem como o de paisagem cultural estão nele presentes, o que lhe confere impressionante contemporaneidade após tanto tempo (TORELLY, 2012).

Podemos observar também a diferença entre o conceito de patrimônio descrito no Decreto n.º 25 de 1937 e o apresentado na Constituição de 1988. Sobre esses conceitos, Meneses nos diz que, no Decreto n.º 25 de 1937, “era o poder público que instituía o Patrimônio Cultural, o qual só se comporia de bens tombados” (MENESES, 2012, p. 33). Assim, “o tombamento tinha papel instituinte do valor cultural – daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido” (MENESES, 2012, p. 33). Já a “Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade” (MENESES, 2012, p. 33).

Sobre os valores culturais, Meneses (2012) nos apresenta cinco componentes deles que ele considera principais: valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos. Ele ressalta que “esses componentes não existem isolados, agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações e conflitos” (MENESES, 2012, p. 35). Assim, por meio desses valores, o Patrimônio Cultural é constantemente ressignificado pelos sujeitos no plano das representações.

Outra discussão importante sobre o tema é a trazida por Gonçalves (2005). Consideramos importante a reflexão do autor sobre a categoria ressonância para entendermos os discursos sobre o Patrimônio Cultural. Quando trata da ressonância, Gonçalves diz que “determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população” (GONÇALVES, 2005, p. 19). O autor chama atenção para o fato de que “os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ‘ressonância’ junto a seu público” (GONÇALVES, 2005, p. 19). Nesse sentido, os bens culturais tidos como Patrimônios Culturais precisam estabelecer relações com os sujeitos dotadas de significados, que sejam provocativas dos sentidos e das sensibilidades. Assim, a seleção desses bens pelo poder público ou pelos órgãos de proteção não pode estar desvinculada da representatividade e dos valores desses para uma determinada sociedade.

3. Considerações finais

A partir da pesquisa realizada, podemos compreender que o conceito de Patrimônio é dinâmico e mutável, que sua noção varia nas diferentes sociedades, e que está intimamente relacionado com a memória e a história. A trajetória da sua preservação no Brasil nos mostra que vários movimentos foram realizados para que ocorresse a ampliação do seu conceito. O reconhecimento do patrimônio não consagrado é outro elemento que essa ampliação nos traz. Esse reconhecimento também coloca em destaque, muito do que Mário de Andrade sinalizou em seu projeto, e que foi ignorado pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nesse contexto, precisamos entender o patrimônio como um lugar de conflito, isento de neutralidade, e que reflete uma determinada memória que se deseja lembrar.

A seleção do que deve ser preservado também passa por disputas de memórias, que envolve diferentes grupos sociais, e uma representatividade que não contemplam a todos no espaço e no tempo. A escolha do que se quer que seja lembrado e esquecido é intencional e carregada de significados simbólicos que precisam ser lidos com um olhar apurado. Para enfatizar essa afirmação, tomo de empréstimo o título da obra de Stela Maris Murta (2002): “Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar”. Olhar que precisa ser cauteloso, observador e crítico, capaz de enxergar no patrimônio as intencionalidades que ele traduz e reflete no tempo presente.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina M. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: ABREU, Regina. **Apostila Seminários Temáticos: Arte e Cultura Popular**. 1. ed. Rio de Janeiro: Museu Casa do Pontal, 2007. p. 54-63.

BARROS, José Assunção de Barros. Os conceitos na História: considerações sobre o anacronismo. In: **Ler História**. Rio de Janeiro, n. 71, 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/lerhistoria/2930>>. Acesso em : 08/04/2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza o patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/De10025.htm>. Acesso em: 14 out. 2019.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 34, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Min. C. IPHAN, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horiz. Antropol.** Porto Alegre, v. 11, n. 23, Jan./Jun. 2005.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre Memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera (Org.). **O que é Memória Social?** Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p.7-26.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss Conciso**. São Paulo: Moderna, 2011.

IPHAN. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan; DAF; COGEDIP; Ceduc, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 1.º nov. 2018.

KUHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, n. sér. v. 18, n. 2, p. 287-320, jul. - dez. 2010.

KUHL, Beatriz Mugayar. A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico. **Revista CPC**. São Paulo, n. 3, p. 110-144, nov. 2006/abr. 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LEMOS, Carlos A.C. **O Que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos – 51).

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, I vol.1, IPHAN. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: **Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol. 2, tomo

1, Brasília: IPHAN, 2012.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. **Ciênc. Let.**, Porto Alegre, n. 27, p. 91-101, jan/jun. 2000.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2002.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. In: **An. mus. paul.**, São Paulo, vol. 24, n. 3, sept./dec. 2016.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 233-255, jul. 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe et al. (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p.129-147.

PEREIRA, D. Patrimônio natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do Iphan. **Rev. CPC**, v.13, n. 25, p.34-59, jan./set. 2018.

PINTO, Helena. **Educação Histórica e Patrimonial: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente**. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória, Porto, set. 2016.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf> Acesso em: 1º jul. 2018.

SCIFONI, Simone. **A construção do Patrimônio Natural**. 2006. 293 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SIMAN, Lana M. C.; SILVA, Ana M.; MOREIRA, Frederico L. Trilhar uma rua: muitas histórias visíveis, invisíveis e sensíveis. In: SIMAN, Lana M. C; PÁDUA, Karla C.; SCALDAFERRI, Dilma C. M. **Memória e Patrimônio Cultural: contribuições para o estudo da localidade na educação básica**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2017.

TORELLY, Luiz P. P. Notas sobre a evolução do Conceito de Patrimônio Cultural. **Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte, v.5, n.2, jul. 2012.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972.

Recebido em março de 2020.

Aprovado em junho de 2020.